



**APROVADA**

**ATA DO PLENO EXTRAORDINÁRIO DO DIA 05 DE MAIO DE 2017**

1  
2  
3  
4  
5  
6 Ao quinto dia do mês de maio do ano de dois mil e dezessete, às quatorze horas, no  
7 pleno do Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do  
8 Adolescente - COMDICA, situada à Rua Benfica, trezentos e setenta e três, na  
9 Madalena, Recife/PE, é declarado aberto por existência de quórum, o Pleno  
10 Extraordinário do Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança  
11 e do Adolescente do Recife. A reunião plenária é aberta pelo presidente José Rufino  
12 da Silva para deliberação dos seguintes temas em pauta: **APRESENTAÇÃO DO**  
13 **PLANO DECENAL SOCIOEDUCATIVO e INFORMES GERAIS.** *Participaram da*  
14 *solenidade: Fabíola Maria Santiago de Farias (Procuradoria Geral do Município); José*  
15 *Rufino da Silva e Edson Alves (Gabinete do Prefeito); Mariana Torreão (OAB);*  
16 *Severino de Souza Nogueira (Secretaria de Turismo, Esportes e Lazer); Lúcia*  
17 *Machado (Secretaria de Educação); Paulo Frias (Secretaria de Saúde); Valderlene*  
18 *Guimarães Santos (CREFITO); Alexandre Nápoles Filho (Secretaria de*  
19 *Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos -*  
20 *SDSJPDDH); Wilson José Monteiro da Silva (RENAPSI) e, ainda, Escola de*  
21 *Conselhos de PE; Sérgio Cruz (Em Cena Arte e Cidadania); Adriana (Movimento Pró-*  
22 *Criança); Alessandra (Paulo de Tarso); Elizabete (CESC Coqueiral); Valéria Monteiro*  
23 *(SDSJPDDH); Viviane Queiros (Grupo Adolescer); Fernanda (LarBem); Walkiria*  
24 *Freire (CREAS Espinheiro); Marisa Vital (CREAS Cordeiro); André Torres e Viviane*  
25 *Maria (Conselho Tutelar); Wilma (CECOSNE); Enedino (Turma do Flau); e, por fim,*  
26 *as técnicas do COMDICA: Aurely Macedo e Felipe Artur (Sociopedagógico) e*  
27 *Angélica Araújo (Comunicação). A reunião tem início com apresentação dos*  
28 *participantes e um breve esclarecimento do presidente Rufino sobre a construção do*  
29 *Plano Decenal Socioeducativo. Rufino afirma que foi questionado sobre o fato do*  
30 *COMDICA não ter construído o plano junto com a Secretaria de Desenvolvimento*  
31 *Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos (SDSJPDDH). O*  
32 *presidente diz ter sido informado pela equipe técnica que a secretaria procurou o*  
33 *conselho inúmeras vezes para construir e discutir o assunto, mas o conselho não se*  
34 *posicionou. Dito isso, o presidente Rufino informa que a equipe da secretaria*  
35 *construiu o plano para apresentar ao conselho. Valéria Monteiro (SDSJPDDH) inicia a*  
36 *apresentação dizendo que a equipe cumpre mais uma etapa de construção do plano*  
37 *apresentando o documento ao colegiado do COMDICA para deliberação. Valéria*  
38 *explica que, em 2015, foi feito o Plano Estadual Decenal Socioeducativo e que só*  
39 *após a construção desse documento, o município iniciou a construção o seu plano.*  
40 *Valéria lembra que em 2013 Recife tinha cerca de setecentos adolescentes para ser*  
41 *acompanhado e, apenas, cento e setenta eram assistidos pelo município. Para ela, o*  
42 *motivo principal era a falta de profissionais qualificados. Assim houve a seleção*  
43 *simplificada e hoje por volta de seiscentos e cinquenta adolescentes recebem*  
44 *acompanhamento, diz a gestora. Valéria explica que foi construído o primeiro esboço*  
45 *do plano que foi submetido ao Sistema de Justiça. Em seguida construída, em*  
46 *parceria com o GAJOP, oficinas para ouvir os adolescentes e as suas famílias. Sérgio*  
47 *(Em Cena) lembra que o processo é difícil em função do prazo e que as pessoas*



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

48 presentes, conselheiros ou não, serão cobrados futuramente se faltar algum ponto  
49 importante. Adriana (Pró-Criança) lembra que é fundamental que o documento seja  
50 deliberado pelo COMDICA e a discussão aprofundada por eixos, mas que depois o  
51 plano possa retornar para outros espaços onde já foi apresentado. Geraldo (Escola  
52 de Conselhos) informa que, segundo a Secretaria Estadual da Criança e Juventude,  
53 apenas vinte e dois municípios pernambucanos fizeram o plano e o prazo já expirou.  
54 Geraldo diz ainda que existe uma urgência na aprovação do documento já que o PPA  
55 (Plano Plurianual) será encaminhado até junho pelo Executivo e que a aprovação do  
56 Plano Plurianual acontece até o final do ano. O presidente informa que é necessário  
57 garantir o *Plano Decenal Socioeducativo* na Lei Orçamentária Anual e no PPA.  
58 Valéria inicia a apresentação da minuta do *Plano Decenal Socioeducativo (em anexo)*  
59 com uma breve leitura do documento. No ponto da proposta de "*criar coordenação do*  
60 *SINASE para implantação de sistema de avaliação e monitoramento do atendimento*  
61 *das Medidas Socioeducativas (MSE) em Meio Aberto, instituindo colegiado gestor do*  
62 *NASE*", Sérgio (Em Cena) solicita esclarecimentos sobre quem deverá coordenar o  
63 SINASE/SIMASE (sistema municipal). O presidente esclarece que quem executa a  
64 política é quem coordena o sistema. Valéria afirma que a coordenação é uma  
65 representação de gestão, mas pode existir uma comissão de acompanhamento. Na  
66 proposta de "*pactuar o co-financiamento do Estado para o município, no que*  
67 *concerne as políticas setoriais e fundos municipais descritos no SINASE*", o  
68 presidente pede esclarecimentos sobre quais serão os fundos. Valéria informa que no  
69 plano socioeducativo do Estado está previsto o co-financiamento para o sistema que,  
70 segundo ela, deve ser através do Fundo Municipal de Assistência Social. Adriana  
71 (Pró-Criança) lembra que, em 2012, houve um problema de repasse fundo a fundo,  
72 do Estado para o município, que acabou inviabilizando um trabalho com os  
73 orientadores de Liberdade Assistida (LA) e o recurso foi devolvido. Para Adriana é  
74 preciso amarrar a questão dos "fundos". Alexandre Cabral (OAB) pede a palavra e  
75 solicita concluir a apresentação do plano para depois fazer o debate, repassando todo  
76 o documento para apreciação nas comissões. Valéria esclarece que todo o material  
77 está em posse do COMDICA desde setembro/16. Na proposta de "*incluir no Portal da*  
78 *Transparência do município informações sobre a aplicação de recursos utilizados nas*  
79 *ações do atendimento socioeducativo*", Valéria informa que o União repassa, a cada  
80 vinte adolescentes, o valor de R\$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais). Na proposta  
81 "*criar acesso no Portal da Transparência que divulgue as ações do atendimento*  
82 *socioeducativo e seus impactos*", Valéria diz que foi uma das ações que o prefeito  
83 resolveu monitorar talvez devido a pressão do judiciário, em 2013, para a contratação  
84 de quarenta técnicos através de seleção simplificada. Na proposta "*qualificar os*  
85 *operadores do SIMASE (sistema municipal) através de formação continuada*", Valéria  
86 informa que tem discutido com as equipes temas transversais e práticas restaurativas  
87 para trabalhar com as famílias. Na proposta "*realizar pesquisas nas comunidades*  
88 *com grande incidência de adolescentes em MSE, visando promover a estruturação de*  
89 *serviços e intervenções mais qualificadas em rede, respaldadas em diagnóstico*  
90 *socioterritorial*", Vanessa (SDSJPDDH) diz que existe um edital do CONANDA que  
91 fala de financiamento federal para os municípios que estão operando o SINASE e  
92 implementando pesquisas. Deiva (GAJOP) diz que a instituição está preparando uma  
93 proposta de pesquisa socioeducativa em meio aberto para concorrer ao edital do  
94 CONANDA. Na proposta "*criar espaços de discussão na escola estadual de*



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

95 *socioeducação que trate das especificidades na capital com a participação de*  
96 *representantes deste plano",* Valéria informa que ainda não saiu do papel, mas que  
97 até dezembro a escola estadual de socioeducação estará sendo implantada. Na  
98 proposta *"criar instrumento legal que garanta cotas afirmativas de emprego junto às*  
99 *empresas terceirizadas nas licitações municipais para os jovens em cumprimento de*  
100 *MSE em meio aberto",* Adriana (Pró-Criança) esclarece que a questão da  
101 sensibilização é interessante, mas garantir que a empresa vai empregar é outro  
102 processo. Sérgio (Em Cena) acredita que há duas formas de garantir a  
103 empregabilidade: por lei ou decreto e, ainda, na licitação. André Torres (Conselheiro  
104 Tutelar) acredita que é preciso trabalhar uma campanha externa e ter uma visão  
105 ampla. Valéria afirma que hoje, para a aprendizagem, as empresas gastam meio  
106 salário mínimo com as empresas formadoras e os outros 50% do salário mínimo  
107 pagando o adolescente. Segundo Valéria, as empresas formadoras dizem que é  
108 preciso construir, primeiramente, a aprendizagem na prefeitura já que o empresariado  
109 é livre para fazer as suas escolhas. Na proposta *"assegurar formação através das*  
110 *escolas profissionalizantes da prefeitura para a execução de programa de*  
111 *aprendizagem no município para os adolescentes que estão cumprindo MSE em Meio*  
112 *Aberto",* Valéria informa que começou um diálogo com o Ministério do Trabalho para  
113 que a prefeitura faça a formação já que as escolas profissionalizantes estão dentro do  
114 âmbito da prefeitura. Adriana (Pró-Criança) coloca que é preciso garantir em Lei já  
115 que na sensibilização não é possível assegurar. Vanessa (SDSJPDDH) diz que existe  
116 um decreto de 2015 que regulamenta a aprendizagem e, para isso, é preciso que a  
117 sociedade atue de forma firme, junto aos fóruns, para exigir uma mudança de atitude.  
118 Segundo Vanessa (SDSJPDDH), o Ministério do Trabalho vem como órgão principal  
119 de articulação para que eles possam auditar empresas e fazer cobranças. Na  
120 proposta *"garantir orçamento para implantação de programas de aprendizagem no*  
121 *âmbito do Poder Público Municipal, incluindo pagamento de bolsa aprendizagem*  
122 *atendendo adolescentes em cumprimento de MSE em meio aberto como público*  
123 *prioritário",* Sérgio (Em Cena) alerta para colocar no orçamento de 2018. Na proposta  
124 *"garantia de vagas junto a rede de profissionalização municipal, bem como oferta de*  
125 *cursos adequados ao perfil de baixa escolaridade dos adolescentes em cumprimento*  
126 *de MSE",* Vanessa (SDSJPDDH) informa que há uma discussão do decreto para  
127 garantir, de forma permanente, vinte por cento das vagas do Programa Qualifica  
128 Recife para o público de medida socioeducativa. A ideia é encaminhar, em junho,  
129 mais quatrocentos adolescentes, diz Vanessa. Valéria diz não ser tão simples assim  
130 já que uma coisa é falar de acesso e a outra questão é a permanência no programa.  
131 Deiva (GAJOP) informa que a instituição colaborou com a construção do plano a  
132 medida que fez a escuta dos adolescentes nas RPAs, a partir de grupos formados por  
133 cerca de trinta adolescentes e suas famílias. O conselheiro Nogueira (Secretaria de  
134 Turismo, Esportes e Lazer) acredita que é importante que o plano parta de um  
135 diagnóstico por conta das especificidades das regiões do Recife. Nogueira diz ainda  
136 que é importante apresentar o plano concluído para os adolescentes que participaram  
137 do processo inicial. Geraldo (Escola de Conselhos) pergunta sobre como a estrutura  
138 do COMPAZ estará presente no plano. Nogueira esclarece que a estrutura do  
139 COMPAZ é oferecida para toda a população, em especial para o público adolescente.  
140 A gerente Valéria informa que a Secretaria de Planejamento vem acompanhando o  
141 que o CREAS vem fazendo e que há um Banco de Dados, mais completo que o



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

142 SIPIA/SINASE, sendo alimentado diariamente com o diagnóstico situacional da  
143 cidade. Valéria informa que, para a construção da proposta, é possível trazer  
144 informações do Banco de Dados a partir da área de interesse de cada secretaria, mas  
145 alerta quanto aos prazos estabelecidos para o encaminhamento do plano. A gerente  
146 diz ainda que o CREAS não está dentro do COMPAZ já que o equipamento tem  
147 atividades de prevenção. O presidente informa que cabe um contraponto orientador  
148 da carreira e vocação dos jovens já que a sociedade impõe como os adolescentes  
149 devem trabalhar na vida adulta. Enedino (Turma do Flau) acredita que é importante a  
150 sociedade civil se empoderar das informações sobre gastos e números de  
151 atendimento de crianças e adolescentes. Na proposta *“ampliar a divulgação do*  
152 *decreto que prevê o cumprimento de PSC nos diversos órgãos municipais”*, Valéria  
153 afirma que o prefeito assinou decreto que fala da necessidade de abrir espaços nos  
154 órgãos públicos para o cumprimento de medidas socioeducativas. Já Vanessa diz  
155 que a prefeitura tem convênio com o TRE e deve fechar uma parceria com o  
156 Judiciário para alocar os adolescentes no intuito do cumprimento de PSC (tarefas  
157 gratuitas a partir da determinação judicial) nos órgãos públicos e organizações não  
158 governamentais. Na proposta de *“criação de serviço municipal que viabilize o acesso*  
159 *a documentação civil básica aos usuários da assistência, incluindo os adolescentes*  
160 *em cumprimento de MSE”*, Vanessa explica que o desejo é que haja o serviço de  
161 acesso à documentação civil permanente. Na proposta *“instituir normativa junto à*  
162 *rede municipal de educação estabelecendo fluxo de matrículas com descrição de*  
163 *prazos, bem como qualificar (aprimorar) a normativa estadual já existente”*, Vanessa  
164 explica que o município não tem ainda normativa que estabelece priorização e fluxo  
165 de matrícula. Vanessa informa que a discussão com o Judiciário é de priorizar e  
166 garantir que o jovem sentenciado seja matriculado por um profissional da Educação  
167 imediatamente após a sentença. Nogueira faz uma reflexão e analisa a situação das  
168 escolas como um espaço não muito seguro para o professor. O conselheiro tutelar  
169 Vado Luz diz que é preciso entender que a política de inclusão da educação não  
170 prioriza os gestores especiais e que o educador social não é cuidador do  
171 adolescente. Ele finaliza e diz que é preciso construir junto com o gestor de escola a  
172 responsabilização de inclusão do adolescente. Nogueira faz uma reflexão e analisa a  
173 situação das escolas como um espaço não muito seguro para o professor. Adriana  
174 (Pró-Criança) coloca que a escola deixa de ser tão insegura quando alguns gestores  
175 passam a ter uma “postura diferenciada” junto à comunidade e critica o papel da  
176 mídia afirmando que os meios de comunicação são os principais responsáveis pela  
177 construção de um pânico coletivo sobre o assunto. Paula (Educação) informa que  
178 existem dois fóruns mensais (coordenadores e gestores), no Centro Paulo Freire,  
179 para a discussão coletiva sobre diversos assuntos relacionados a escola. Vanessa diz  
180 que os técnicos que formatam o plano já participaram do encontro do fórum de  
181 educação, mas que não foi uma experiência positiva. Viviane (Adolescer) questiona o  
182 fato de não observar representantes da alta complexidade nas escolas. O conselheiro  
183 Paulo Frias (Saúde) sugere formatar o documento de modo que em cada item possa  
184 ser visualizado, com mais clareza, os aspectos referentes a Saúde, Educação,  
185 Assistência Social. Paulo diz que é preciso colocar no plano algo que tenha  
186 viabilidade operacional já que para implantar é uma demanda e para fortalecer é  
187 outra. Paulo questiona ainda onde aparece a Polícia no plano em virtude de o público  
188 atendido, muitas vezes, ser jovem, negro e de periferia. O presidente sugere marcar



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

189 um pleno para dar continuidade ao debate e comunica que a Secretária Executiva vai  
190 entrar em contato para agendar a data. No momento a sociedade civil solicita o  
191 reenvio do Plano Socioeducativo. Seguindo o pleno, o presidente lembra o  
192 compromisso com as comissões e que é preciso dar andamento as deliberações do  
193 conselho. O presidente Rufino lembra ainda que, no próximo dia 10, às 14h, é preciso  
194 rediscutir o Plano de Ação do COMDICA e no dia 17 haverá capacitação sobre o  
195 MROSC. Rufino informa ainda que o edital 2017 do COMDICA ainda não foi  
196 formatado devido a falta de regulamentação do MROSC no município e que prefeitura  
197 municipal trabalha na construção do decreto. **Nos Informes Gerais**, Alexandre  
198 Nápoles (SDSJPDDH) informa que o governo municipal estará realizando a Semana  
199 do Bebê e fala da importância do COMDICA de construir, em 2017, o Plano da  
200 Primeira Infância. Nápoles informa ainda do seminário da Rede de Combate (REDE)  
201 que acontecerá para discutir o 18 de maio – Dia Nacional de Combate à Exploração  
202 Sexual de Crianças e Adolescentes. Segundo o conselheiro, o tema “Direito Sexual  
203 de Criança e Adolescente” é equivocada já que é delicado tratar o tema dentro de  
204 uma campanha de combate a violência sexual. Na opinião dele a criança não tem  
205 direito sexual nenhum, o que a criança tem é o direito de ser protegida na sua  
206 sexualidade. Nápoles informa que a Gerência da Criança e do Adolescente sugeriu a  
207 alteração do nome, mas a REDE não concordou e fez uma Nota de Esclarecimento.  
208 O conselheiro pede para que o COMDICA delibere sobre o tema já que o conselho  
209 não pode se furtar sobre o assunto. O presidente sugere que, no próximo dia 10, a  
210 REDE seja convidada para esclarecer o assunto durante o pleno extraordinário.  
211 Edson Alves (Gabinete) apela ao colegiado que realize um debate, conjuntamente  
212 com os conselhos tutelares e outros órgãos, sobre a situação das crianças e  
213 adolescentes que vivem hoje nos semáforos pedindo esmola e alimentando a  
214 indústria do trabalho infantil. Respondendo a Edson, Valéria informa que a gerência  
215 tem um serviço especializado de abordagem social com educadores sociais para  
216 identificar a violação de direitos na rua e, também, o Programa de Erradicação do  
217 Trabalho Infantil. Valéria diz ainda que, desde abril/2016, o *GT de Risco*, formado por  
218 representantes do conselho tutelar, Saúde, Educação e Assistência Social, discuti e  
219 já encaminha os casos de exploração do trabalho infantil e mendicância. O  
220 conselheiro tutelar André Torres informa que, no dia quinze de maio, o conselho  
221 tutelar da RPA1 estará realizado um debate com a Polícia Federal sobre a Baleia  
222 Azul e que vai oficializar o convite ao COMDICA. Viviane (Adolescer) informa que  
223 haverá uma caminhada em alusão ao 18 de maio, em Roda de Fogo, no dia 17. Não  
224 havendo mais nada a tratar, o presidente encerra o pleno às 17h.

225  
226

227 Recife, 05 de maio de 2017

228  
229

230 **José Rufino da Silva**

231 Presidente

232  
233